

Questões de língua, identidade e poder: hibridismos em Timor Leste

Language, identity and power issues: hybridism in East Timor

Cristine Gorski Severo*
Universidade Federal de São Carlos
São Carlos - São Paulo / Brasil

RESUMO: Objetiva-se discutir a relação complexa existente entre as noções de língua, discurso, identidade e poder a partir da situação linguística, social, política e histórica do Timor Leste. As noções de língua, discurso e identidade são tematizadas a partir da concepção de hibridismo, em que as misturas e variações colocam em tela uma concepção heterogênea, plural e conflituosa de língua e de sujeitos. A noção de poder se inscreve como constitutiva dos processos de hibridização linguístico-discursivos e das relações dialógicas estabelecidas entre as línguas, os discursos e as identidades. O aporte teórico adotado apoia-se nos trabalhos de Bakhtin e seu Círculo.

PALAVRAS-CHAVE: língua; discurso; identidade; poder; Timor Leste.

ABSTRACT: In this article, we aim to discuss the complex relation that exists between the notions of language, discourse, identity and power, considering the historical, political, social and linguistic situation in East Timor. For doing so, we explore the notions of language, discourse and identity from a perspective of hybridism that considers mixtures and variation as constitutive of a heterogeneous, plural and conflictive conception of language and subjects. The notion of power is seen as intrinsically related to the discursive and linguistic processes and to the dialogical relations that exist between languages, discourses and identities. The discussion presented here is based on Bakhtin's (and his Circle's) ideas.

KEYWORDS: language; discourse; identity; power; East Timor.

Introdução¹

O momento atual, em face da globalização e das novas tecnologias, se caracteriza fortemente pela intensificação das relações entre realidades locais e

* crisgorski@gmail.com

¹ Agradeço as sugestões dos pareceristas anônimos que avaliaram o texto.

globais e pela desestabilização das fronteiras rígidas e fechadas que definem as identidades, as culturas, as línguas, as sociedades, as soberanias, os projetos de nação, entre outros. Com isso, tem-se uma ampla fragmentação das ideias de unidade e homogeneidade, colocando em tela e fazendo circular e dialogar as heterogeneidades culturais, identitárias, linguísticas e discursivas. Essa heterogeneidade (dialogizada) é o foco deste artigo.

É no mundo dos atos únicos e singulares que a linguagem circula, caracterizando as variadas formas de interação socioverbal e os variados modos de constituição das identidades. Dado que o mundo não é um campo naturalmente composto por previsibilidades e sistematicidades, a linguagem também não o é. Bakhtin critica as visões sistematizantes da língua que a reduzem a uma realidade sincrônica, abstrata, previsível e imutável, apagando a sua natureza de evento: a língua é singular, temporariamente finalizável, criativa, plástica e fluida. Na perspectiva bakhtiniana, a linguagem, as identidades e o mundo social constituem-se mutuamente, configurando-se como concretos, históricos, abertos, não-sistematizáveis, relativamente caóticos (complexos), porosos e singulares. E se a linguagem não é completamente estabilizável ou ordenável, ela também não é somente abertura e caos: é na tensão entre as forças de coerção (centrípetas) e de abertura e criatividade (centrífugas) que seu estudo crítico e reflexivo se torna possível. É essa visão de língua – relativamente estável – que norteará as considerações feitas neste trabalho sobre a relação entre línguas, identidades e poder, a partir de um exercício de compreensão da complexa realidade linguístico-discursiva do Timor Leste. Para tanto, inicialmente apresenta-se um panorama da situação linguística do Timor Leste; na sequência, são esmiuçadas as noções bakhtinianas de língua, heteroglossia, hibridismo e plurilinguismo. A seguir, com base nessas categorias, analisam-se as relações entre línguas, discursos e vozes sociais no Timor Leste. Finalmente, procede-se a uma reflexão sobre a questão da identidade vinculada aos temas abordados anteriormente.

Do mundo da vida ao mundo da cultura: do Timor Leste às ferramentas teóricas

Timor Leste, situado no arquipélago indonésio a 500 km da Austrália, é palco atualmente de uma realidade linguística complexa e tensa. Tendo passado por dois processos colonizatórios, envolvendo relações com Portugal e a Indonésia, o país apresenta uma situação linguística que engloba, na esfera

oficial,² a existência de quatro línguas: português, bahasa indonésia, tétum-praça (língua de maior parte da população) e o inglês (fortalecido com a intervenção da ONU), além da presença informal de mais de 20 línguas e dialetos.³ Essas línguas não coexistem de forma independente, isolada e autônoma. Por exemplo, os falantes que dominam mais de uma dessas línguas selecionam uma ou outra de acordo com a situação social de interação verbal: em casa falam-se as línguas timorenses (tétum, fataluco ou baiqueno), em ambientes públicos fala-se a língua bahasa indonésia (devido à grande influência colonizatória) e, em menor frequência, o português (língua da administração e do ensino) ou o inglês australiano.

A escolha política do português como língua oficial parece ter sido motivada por questões de identidade e de colonização. Por um lado, essa escolha marca diferenças em relação à Austrália e à Indonésia, visto que a história de colonização do primeiro revela uma ampla aniquilação das línguas indígenas em favor do inglês, o que não teria ocorrido na mesma proporção com o processo de colonização portuguesa em relação às línguas locais em Timor Leste (CORTE-REAL; BRITO, 2006). Já o segundo dominou politicamente o Timor Leste entre 1975 e 2002, tornando obrigatória a língua bahasa indonésia (variante do Malaio), inclusive na escolarização, o que fez com que uma certa geração crescesse sem o acesso à língua portuguesa, oficial no país antes da dominação indonésia.

Por outro lado, a escolha do resgate da língua portuguesa como língua oficial, anunciada oficialmente pelo *Conselho Nacional da Resistência Timorense*.⁴ (i) marcaria uma certa singularidade identitária; (ii) otimizaria uma

² Sobre a situação linguística oficial de Timor Leste, a constituição do país, no artigo 13, prevê (i) o tétum e o português como as línguas oficiais do país; (ii) a valorização e o desenvolvimento de outras línguas nacionais, além do tétum, como idiomas veiculares. O artigo 147 prevê: (i) as línguas indonésia e inglesa serão línguas de trabalho na esfera administrativa pública, assim como as línguas oficiais e enquanto for necessário.

³ Entre essas línguas estão: baikenu, bunak, bekais, dadua, duá, dagada, fataluko, galole, habo, idaté, kemak, lakalei, lolei, makassai, marai, mambai, makalere, medike, naioti, nogo-nogo, osso-moko, rakluma, raf-eso, sa-ane, tokodede, uaimoa. (BRITO; MARTINS, 2004).

⁴ Após a colonização indonésia, a reorganização política do Timor Leste se constituiu pela presença de três fortes grupos políticos: a UDT, que defendia a conservação dos laços portugueses, a Apodeti (Associação Popular Democrática Timorense), que apoiava uma filiação à Indonésia, e a Fretilin (Frente Revolucionária do Timor Leste Independente), que lutava pela independência completa do país, sendo este o grupo mais forte, organizado, de base marxista e ao qual vinculava-se o *Conselho Nacional da Resistência Timorense* (PEPE; MATHIAS, 2006).

língua ainda compartilhada por um quarto de falantes; (iii) se valeira do fato de o país ter-se hibridizado cultural e politicamente, no decorrer dos 400 anos de colonização portuguesa, tanto no que diz respeito à língua (o tétum, língua vernacular, herdou do português palavras, sons e estruturas gramaticais), quanto à religião (presença forte do catolicismo); (iv) operaria como resistência⁵ à colonização advinda pela imposição das línguas indonésia e inglesa (HULL, 2000).

Os discursos circulantes contra a oficialização do português incluem, dentre outros, os seguintes argumentos, posteriormente refutados: a língua portuguesa seria falada por apenas 5% da população; a opção pelo português representaria um neocolonialismo; a nova geração não teria domínio sobre o português, pois foi escolarizada na língua indonésia; diferente do português, o inglês garantiria o desenvolvimento tecnológico e econômico; a CPLP estaria localizada distante do Timor Leste, dificultando a sua inserção;⁶ não haveria professores de português disponíveis. Todos esses argumentos foram rebatidos pelos partidos políticos timorenses, especialmente considerando que a presença forte do catolicismo e a coexistência histórica do português e do tétum antes da colonização indonésia teriam possibilitado ampla difusão de ambas, hibridações mútuas e o alçamento do tétum a língua oficial (CORTE-REAL; BRITO, 2006).

Ademais, a cooficialização da língua portuguesa e de uma língua local, segundo o *Conselho Nacional da Resistência Timorense*, estaria, entre outras coisas, vinculada à história de existência das línguas nas Filipinas onde a colonização americana teria cooficializado o inglês e as línguas locais e abolido a língua da colonização anterior (espanhol); esse aspecto teria favorecido a expansão do inglês naquele país e o apagamento das línguas locais, visto que essas estavam já mescladas com a língua espanhola (HULL, 2000; CHRYSTELLO, 1989).

Se, por um lado, a oficialização do português opera como resistência às colonizações indonésia e australiana; por outro, o resgate da oficialidade da língua portuguesa também coloca em questão o receio frente à colonização

⁵ O artigo 11 da Constituição do Timor Leste atesta, sobre a valorização da resistência: “A República Democrática de Timor-Leste reconhece e valoriza a resistência secular do Povo Maubere contra a dominação estrangeira e o contributo de todos os que lutaram pela independência nacional.”

⁶ Somente em 2002 o Timor Leste aderiu ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

linguístico-ideológica portuguesa.⁷ Assim, algumas saídas para esse impasse seriam: (i) favorecer a circulação⁸ de uma outra variedade do português – o português brasileiro – com programas educacionais apoiados pelo governo brasileiro⁹ e timorense e pelas universidades brasileiras; (ii) assumir que a oficialização do português implicará, no decorrer dos usos reais e concretos dessa língua, o fortalecimento de uma outra variedade linguística: o tetuguês. Na relação cotidiana do português com a língua local, os processos de hibridação são contínuos e incontroláveis e esses processos favorecem a emergência de uma variedade fortemente híbrida.

Feita essa breve apresentação da situação linguística do Timor Leste, o texto se apoia nesse processo de política e embate linguísticos para discutir alguns aspectos teóricos com base no olhar bakhtiniano sobre as relações entre línguas / dialetos e discursos. Tal discussão será desmembrada a seguir em duas subseções: inicialmente, apresentam-se as ferramentas teóricas e, a seguir, procede-se a uma reflexão sobre a coexistência política das línguas e vozes sociais em Timor Leste.

⁷ O termo “colonização portuguesa” não implica a presença de uma homogeneidade portuguesa em Timor Leste. Historicamente, pelo menos três grupos portugueses disputaram a centralidade do poder em Timor Leste: os frades dominicanos, os portugueses negros (mestiços locais) e os portugueses brancos (apoiados pela Coroa). (SEIXAS, [s.d.]).

⁸ As aulas tradicionais de português estão sendo ministradas atualmente pelo sistema de ensino timorense, com o respaldo de Portugal (Instituto Camões) e do Brasil (envolvendo organizações como a Alfabetização Solidária e a Fundação Roberto Marinho – Telecurso). Além disso, há projetos universitários brasileiros e vinculados ao governo que investem na preparação de estudantes universitários para trabalharem com a divulgação da língua portuguesa e cultura brasileira, por meio da música, dança e artes cênicas (Projeto USP no Timor), entre outros projetos.

⁹ O Timor Leste representou um marco na mudança de política externa de paz do Brasil. Tradicionalmente, o país considerava o critério de autodeterminação dos povos como central na determinação de intervenção em um país, o que o impedia de intervir em países sem uma aceitação por parte dos envolvidos. Em relação ao Timor, o Brasil atuou na Interfet, uma missão de natureza coercitiva e que, portanto, não levava em conta aquele critério. O Brasil tem marcado presença no Timor Leste pela Agência Brasileira de Cooperação (Ministério das Relações Exteriores), com projetos nas áreas da saúde, capacitação profissional (com o SEBRAE e o SENAI), administração pública e principalmente nas áreas de educação (ensino e consolidação da língua portuguesa), com, por exemplo, os projetos “Alfabetização Comunitária em Timor-Leste” e “Universidades em Timor-Leste” (PEPE; MATHIAS, 2006; BRITO; BASTOS, 2007).

Língua, dialogismo e hibridações: compreendendo as tramas da / na língua

No decorrer dos trabalhos de Bakhtin (e seu Círculo), a noção de língua / linguagem vai sendo esmiuçada com base nas reflexões em torno da Literatura, da relação entre forma e conteúdo, da relação entre autor e herói, do romance polifônico de Dostoiévski, entre outros. A fim de evidenciar a relação entre língua, identidade e poder, alguns conceitos serão mobilizados e articulados. Dentre eles, as noções de plurilinguismo, hibridismo e dialogismo.

A abordagem bakhtiniana localiza a concepção de língua no mundo da vida, das relações éticas e singulares entre os sujeitos, mas não a desvincula de uma certa estetização, ou seja, de um relativo acabamento (e fechamento) que lhe é conferido pelo outro, pela relação com a alteridade: o excedente de visão é completado pelo outro. A relação entre essas duas dimensões, a ética e a estética, não implica uma concepção de mundo (e de língua) estática, organizada e previsível. Trata-se de pensar a língua ideologicamente: todo enunciado já existe povoado de vozes, valores, pontos de vistas e juízos que estabelecem relações dialógicas (de sentido) com outros enunciados. De fato, essas relações dialógicas implicam relações de confronto, negação, contradição e de disputa entre verdades, pontos de vista, valores etc. Trata-se, por fim, de relações de poder que são constitutivas tanto dos discursos como das identidades.

A dialogicidade interna do discurso, que instaura relações dialógicas entre as variadas vozes sociais que habitam os enunciados, é a base da estratificação da língua, ou seja, do plurilinguismo. E a pluralidade atinge tanto as línguas quanto os discursos, ou seja, línguas e dialetos variados podem coexistir em uma “mesma comunidade linguística” (por exemplo, *code switching*, surgimento de hibridismos, línguas crioulas, *pidgin*), como diferentes vozes sociais podem habitar uma “mesma língua”. Contudo, não se trata de pensar “a língua” como um bloco homogêneo, mas como uma realidade porosa, fluida, plástica e ideologicamente constituída. E é porque as línguas e dialetos circulam no mundo concreto como discursos (e não como entidades abstratas), que suas fronteiras são porosas e permeáveis às mudanças. Ou seja, as línguas e dialetos variam devido a sua natureza discursiva: é porque essas línguas e dialetos são povoados de intenções discursivas, vozes sociais, juízos, acentos de valores e de pontos de vista, que os limites que os definem são porosos e fluidos: “a dialogicidade interna do discurso é o acompanhamento indispensável da estratificação da língua, a consequência de sua superpovoação de intenções plurilíngues” (BAKHTIN, 1934-35, p. 132).

Os resultados disso são os processos de hibridação que afetam as línguas, os dialetos e os discursos. Nesses casos, enunciados, modos de falar, estilos, perspectivas semânticas e axiológicas se sobrepõem e se fundem, produzindo variados efeitos de sentido. No processo de hibridação, tanto as línguas como os discursos estabelecem entre si relações dialógicas (heteroglossia dialogizada), ou seja, as misturas linguísticas e discursivas ocorrem porque vozes sociais, pontos de vista axiológicos e verdades estabelecem entre si relações de confronto, de polêmica, de aceitação e de recusa. Nas palavras de Bakhtin (1934-35, p. 156), a hibridação pode ser entendida como “a mistura de duas linguagens sociais no interior de um único enunciado, é o reencontro na arena deste enunciado de duas consciências linguísticas, separadas por uma época, por uma diferença social (ou por ambas) das línguas.” E essa mistura pode ocorrer de duas formas, que se vinculam às relações valorativas que os sujeitos estabelecem com seu projeto discursivo: uma não-intencional (orgânica) e outra intencional (planejada, arquitetada, manipulada).

A primeira forma trata de misturas, intercâmbios, fusões entre linguagens sociais, discursos e línguas de forma não planejada ou consciente. Ou seja, os sujeitos, enquanto inscritos em práticas socioverbiais produzem amálgamas, junções e misturas linguístico-discursivas resultantes de um processo dialógico de intercâmbios sócio-históricos. Essas mesclas não-intencionais afetam o léxico, a estrutura sintática, a entonação, os gêneros discursivos e estão na base dos processos de variação e mudança das línguas, produzindo, indefinidamente, híbridos orgânicos, sem que os sujeitos possam identificar os processos de hibridação que os constituíram.

A segunda forma, a dos híbridos intencionais, é fruto de uma manipulação consciente da língua, seja pela seleção de determinado léxico, estrutura sintática, entonação, para que com isso um determinado efeito de sentido seja produzido. É o caso dos híbridos existentes no romance, literariamente manipulados, que resultam da mistura e justaposição consciente de duas vozes sociais, duas formas, duas linguagens e dois sentidos ideológicos que estabelecem entre si relações dialógicas e que têm como pano de fundo o plurilinguismo: “no romance, realiza-se o reconhecimento de sua própria linguagem numa linguagem do outro, o reconhecimento de sua própria visão na visão de mundo do outro” (BAKHTIN, 1934-35, p. 162). Um exemplo dessa relação dialógica seria a estilização, em que uma consciência linguística (do estilista) representa artisticamente uma outra consciência linguística, selecionando e recriando vozes sociais e elementos da linguagem estilizada, sem

que haja fusão ou hibridação entre essas consciências. Nesse caso, a estilização paródica destrói, desmascara e reconstrói as intenções e linguagens representadas.

A base da transformação das línguas, segundo Bakhtin, é a hibridização, especialmente a involuntária, das linguagens socioideológicas inscritas em um dialeto ou língua, sendo que tal hibridização ideológica (i) seria densa, surda, sombria e carregada de novas formas verbais de percepção e de compreensão do mundo; (ii) ocorreria inicialmente entre enunciados e, a partir disso, afetaria as formas das línguas; (iii) fundiria pontos de vista valorativos, o que se evidenciaria na forma sintática: no híbrido intencional há a fusão de dois enunciados em um mesmo enunciado, embora as formas sintáticas inacabadas destes dois enunciados possam ser identificadas; e no híbrido não-intencional, há fusão das formas sintáticas vinculadas a diferentes gêneros e a diferentes línguas, por isso a forma sintática resultante tende a ser obscura e nebulosa, se comparada com a fusão intencional.

Esses processos de hibridação não implicam a pré-existência de enunciados (e línguas) cujas fronteiras seriam rígidas e delimitadas, mas é devido à porosidade da língua que é possível falar em hibridação entre as variadas palavras e vozes sociais que habitam os espaços entre as línguas, entre as línguas e os objetos discursivos, e entre as línguas e os sujeitos. As fronteiras que definem os enunciados são marcadas dialogicamente pelos seguintes aspectos: (i) a alternância do sujeito discursivo, em que os enunciados suscitam alguma posição responsiva; (ii) vinculado ao item anterior, o caráter de acabamento do enunciado, que é dado pela possibilidade de ser respondido, determinada por (a) o “esgotamento” do tema do enunciado, (b) o projeto discursivo do sujeito falante, que para ser realizado seleciona um dado gênero e (c) as formas composicionais de acabamento do gênero, cuja seleção é determinada pelo campo discursivo-ideológico, pelo tema, pela situação concreta, pela relação entre os interlocutores, entre outros; (iii) um terceiro aspecto que define as fronteiras dos enunciados tem a ver com a relação valorativa do sujeito do discurso com o tema do enunciado e com os demais participantes do discurso, o que define o estilo do enunciado (BAKHTIN, 1952-53).

Embora Bakhtin proponha, para fins de análise, a delimitação das fronteiras dos enunciados, nota-se que tais fronteiras não são fechadas, rígidas ou pré-definidas, mas elas se configuram na relação dialógica que há entre os sujeitos e seus projetos discursivos, entre os sujeitos e seus interlocutores, e entre os enunciados. Conforme dito, as relações dialógicas entabulam tanto relações

de sentido como de poder, que se materializam na forma de polêmicas, retomadas, apagamentos, paráfrases, reacentuações, etc. A natureza dialógica da língua implica que os enunciados, ao circularem por diferentes gêneros discursivos, entre diferentes interlocutores, com finalidades discursivas diferentes e em diferentes esferas ideológicas, assumem entonações valorativas variadas. Com isso, todo enunciado é híbrido, pois está necessariamente impregnado de vestígios dialógicos e ideológicos que carrega:

Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive as obras criadas) é pleno de palavras dos outros, de um grau vário de alteridade [...] Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos e reacentuamos (BAKHTIN, 1952-53, p. 294-295).

Línguas, dialetos e vozes sociais: relações dialógicas e hibridismos

A seguir, a relação entre línguas, dialetos e vozes sociais será sistematizada em quatro níveis mutuamente implicados: (i) a existência de uma pluralidade de vozes sociais em uma “mesma” língua; (ii) a coexistência dialógica de línguas e dialetos; (iii) a relação dialógica entre vozes sociais circulantes por diferentes línguas e dialetos; (iv) a hibridização de línguas / dialetos e vozes sociais. Tais níveis serão desmembrados e exemplificados a com base na situação linguística do Timor Leste.

Em relação ao primeiro nível, uma “mesma língua” (inglês, português, espanhol, tétum, etc.) é habitada por linguagens / vozes sociais variadas: linguagens das profissões, dos jovens, de grupos étnicos, de gênero, de dialetos sociais, falas das autoridades, entre outros. Essas vozes podem ou não estabelecer relações dialógicas entre si. Note-se que a noção de língua vinculada à ideia de plurilinguismo não implica a existência de um sistema abstrato e invariável de formas linguísticas que definiria o que seria uma língua única. Na abordagem social bakhtiniana, a linguagem “única” é um efeito político, histórico, social e científico (objetificação da língua) e não uma realidade *a priori*.

A língua única não é dada, mas estabelecida em cada momento da sua vida, ela se opõe ao discurso diversificado. Porém, ela é real enquanto força que supera esse plurilinguismo [...] a linguagem comum e única é um sistema de normas linguísticas. Porém, tais normas não são um imperativo abstrato, mas, sim, forças criadoras da vida da linguagem

[...] a língua única expressa as forças de união e centralização concretas, ideológicas e verbais, que decorrem da relação indissolúvel com os processos de centralização sócio-política e cultural (BAKHTIN, 1934-35, p. 81).

Devido a essa solidez ideológica da língua nacional única e incontestável, Bakhtin a aproxima da ideia de mito nacional que opera apagando ou marginalizando o plurilinguismo. Com isso, a possibilidade de desestabilização ideológica e de abertura da língua única para a pluralidade linguístico-discursiva ocorreria no momento em que a ideologia da cultura “nacional” e fechada se descentrasse, desintegrando suas fronteiras (ideológicas e sociais) ao estabelecer relações dialógicas com outras culturas e línguas. Nessa relação, “a língua revelar-se-á em todo seu caráter humano; atrás das palavras, das formas, dos estilos começarão a transparecer os personagens caracteristicamente nacionais e tipicamente sociais, as representações dos falantes [...] e as linguagens dos gêneros ideológicos.” (BAKHTIN, 1934-35, p. 167).

No caso do Timor Leste, a língua torna-se uma arena de disputa ideológica em torno dos estatutos de oficialidade e nacionalidade. As forças motivadoras dos discursos unificadores e nacionalistas decorrem da história sociopolítica do país em relação aos processos colonizatórios, envolvendo, mais diretamente, Portugal e Indonésia e, indiretamente, a Austrália. É em torno da constituição de uma dada identidade nacional política e livre que a escolha do português como língua cooficial é feita: aquilo que em um momento histórico emergiu como força centrípeta no percurso do Timor Leste – a presença da língua portuguesa como estratégia colonizadora – em um outro momento produz um outro efeito, de desestabilização e de resistência a outras colonizações posteriores à presença portuguesa no país.

Assim, a língua portuguesa no Timor Leste é habitada por uma variedade de vozes sociais que estabelecem entre si relações dialógicas: estão em jogo disputas, consensos e polêmicas entre os discursos vinculados (i) aos variados e contraditórios partidos políticos; (ii) à geração de pessoas que teve acesso ao português nas escolas, antes da colonização indonésia; (iii) à geração que não teve acesso ao português, após a colonização indonésia; (iv) à igreja católica; (v) aos setores econômicos e administrativos, entre outros. Esses diferentes grupos sociais avaliam e usam a língua portuguesa de diferentes maneiras. A língua torna-se uma arena de luta e disputa dessas vozes sociais.

Um segundo nível de relação entre línguas e dialetos implica que esses não coexistem como blocos fechados e autônomos, mas estabelecem entre si

relações dialógicas e de poder. Se, por um lado, no Timor Leste, há uma política oficial de escolha e imposição de uma dada língua, por outro lado, na esfera cotidiana, circulam dialetos e uma variedade de estratificações linguísticas que ressoam vozes, atitudes, visões de mundo e práticas sociais variadas. É o caso da seleção de um dado dialeto para configurar certa prática socioverbal de interação: na cidade de *Ainaro*, por exemplo, falam-se os dialetos Nogo-Nogo e Mambae apenas em situação familiar por pessoas mais idosas (BRITO; BASTOS, 2007). As relações que os sujeitos estabelecem com as línguas, que implicam as seleções que fazem de um dialeto ou outro, uma variedade ou outra, um léxico ou outro, uma tonalidade ou outra, expressam uma outra política de língua em movimento, uma política definida pelas atitudes (ideológicas) que esses sujeitos compartilham em relação aos usos da língua. E tal política cotidiana estabelece relações dialógicas com a política oficial, promovendo boicotes, misturas, hibridismos, resistências, etc.

As relações dialógicas entre as línguas entabulam relações de poder. Por exemplo, as resistências em relação ao uso de uma dada língua no Timor Leste podem ser ilustradas conforme descrito nos dois parágrafos a seguir.

O português foi usado, no período de colonização indonésia cuja política visava o apagamento daquela língua, como língua de resistência. É o que se lê, por exemplo, em português, no muro de uma construção oficial do Distrito de Manauto: “Na ponta de minha baioneta escrevei a história da minha libertação” (BRITO; BASTOS, 2007, p. 237) ou “Pátria ou Morte! Resistir é Vencer!” (FEIJÓ, 2008). A escolha da língua portuguesa como a língua de resistência política pelos grupos guerrilheiros se baseava em alguns aspectos: a presença atuante de intelectuais falantes de português; a existência de um grande número de timorenses alfabetizados que conheciam o português; a estabilidade e organização ortográfica da língua; o desconhecimento do português pelos militares indonésios (RUAK *apud* FEIJÓ, 2008); além de ser considerada uma língua “neutra” em relação às demais línguas étnicas e de facilitar a comunicação com o exterior.

Por outro lado, no período de colonização indonésia, uma geração de adultos foi escolarizada na língua bahasa indonésia (diferente de uma geração anterior a 1975, escolarizada na língua portuguesa) e, após a independência do país e a consequente política de apagamento da presença da Indonésia no Timor Leste, muitos sujeitos resistiram à oficialização do português porque construíram suas identidades enquanto inscritos em práticas sociais mediadas pela língua indonésia. Assim, português e bahasa indonésia constituem

– politicamente – duas línguas antagônicas e que estabelecem entre si relações de tensão e de exclusão mútua, o que não ocorre na mesma intensidade com a coexistência do tétum e das variadas línguas locais.

Um terceiro nível de coexistências linguístico-discursivas implica que discursos que ressoam vozes sociais semelhantes podem circular por diferentes línguas e dialetos. Esses discursos, que ecoam posições e atitudes valorativas semelhantes em diferentes línguas, podem ser sucintamente ilustrados pelas ressonâncias entre as justificativas para a não escolha do inglês como língua cooficial no Timor Leste e as experiências que marcaram as Filipinas. Essas ressonâncias têm a ver com discursos e práticas não-discursivas que operaram como resistência à presença oficial do inglês naquele país e a maneira pela qual a relação dessa língua com as línguas locais acabaria, a longo prazo, apagando estas, diferentemente do que ocorreria no caso da coexistência oficial da língua local com a língua do colonizador anterior (presença da Espanha nas Filipinas e de Portugal em Timor Leste) – nesse caso, dada a longa coexistência da língua local com as línguas dos primeiros colonizadores (como o tétum e o português, em Timor Leste), teria havido um processo de hibridação entre elas, inviabilizando, de certa maneira, o apagamento da língua local.

Um outro exemplo de ressonâncias e de dissonâncias entre vozes sociais circulantes por diferentes dialetos e línguas pode ser ilustrado com o caso da migração de goeses para Moçambique – ambas colônias portuguesas –, fortemente influenciada pela expulsão dos portugueses de Goa pelas forças armadas da Índia (anos 1950) e o conseqüente receio dos goeses de serem submetidos ao governo indiano e à perda de seus traços culturais (língua e religião). Embora Goa e Moçambique compartilhem, de formas diferentes, experiências de colonização portuguesa e de racismo vinculada a essa colonização, os goeses em Moçambique tenderam a estabelecer aproximações ideológicas maiores com os portugueses do que com os moçambicanos, reforçando uma certa ideologia do colonizador português por meio de marcas de classe envolvendo questões de etnia e de cultura. A postura ideológica dos goeses em Moçambique, ao ressoar um aspecto ideológico em consonância com Portugal, estabeleceu com os moçambicanos uma relação de tensão, que teria sido fortalecida no processo de descolonização africana com o *slogan* “a África para os africanos” e o incentivo de retorno dos goeses para Goa: “[...] mesmo que o recém eleito governo alegasse que os goeses não tinham espaço na Moçambique pós-colonial, eles [os moçambicanos] viam cada migração goesa para Portugal como uma confirmação de sua traição e aliança (como

grupo) com o seu antigo governo colonizador português”¹⁰ (GUPTA, 2009, p. 37).

O quarto nível de misturas linguístico-discursivas implica que línguas híbridas são habitadas por vozes sociais e discursos igualmente híbridos. Essas línguas e discursos estabelecem relações dialógicas. A situação linguística do Timor Leste potencializa essa realidade híbrida e complexa: a coexistência, durante séculos, do português (variedades do português presentes no sudeste asiático) e da língua local, o tétum, possibilitou a emergência de uma variedade linguística local híbrida chamada tétum-praça (variedade da capital), que mescla aspectos fonéticos,¹¹ morfossintáticos e lexicais do português (BORGERHOFF, 2006). A língua tétum escolhida para ser a oficial de Timor Leste é heterogênea e estratificada. A variedade do tétum oficializada foi o tétum-praça (ou tétum-díli) e não o tétum-téric: aquele tétum, derivado deste, era usado na capital Dili e grandemente hibridizado com o português, sendo visto como um crioulo timorense, porém não era falado por todo o território timorense, como a costa leste do país que seria dominada pela variedade fataluku (FEIJÓ, 2008).

A hibridização também pode ser notada em relação ao uso dos nomes próprios em Timor Leste. Os nomes oriundos da cultura portuguesa não seguem uma mesma “lógica” europeia de nomeação, ou seja, apesar de linguisticamente esses nomes serem identificados como portugueses, a “lógica” que regula suas escolhas é modificada pelo timorense em, pelo menos, três aspectos: (a) os sobrenomes europeus são usados como primeiro nome (ex.: Baptista e Nunes); (b) os nomes tendem a reproduzir ortograficamente a pronúncia (ex.: Zaquiél em vez de Ezequiel); (c) há a incorporação de nomes europeus coloquiais como nomes próprios (ex.: Carlitos em vez de Carlos ou Manecas em vez de Manoel) (FEIJÓ, 2008). A escolha de nomes portugueses

¹⁰ Os goeses receberam incentivos de Portugal para migrarem: (i) nos anos 1970, de Moçambique para Goa, de forma a gerar a crença de que Moçambique seria incapaz de se autogerenciar; (ii) nos anos 1920, de Goa para Moçambique, a fim de ajudarem na “causa colonial” (GUPTA, 2009). As traduções no decorrer do texto são de minha responsabilidade.

¹¹ Não há no sistema fonológico original do tétum os fonemas [g] e [ʒ]. Tem-se (i) greja (português) → kreda (tétum). Assim, no processo de mistura das línguas o fonema português [ʒ] é pronunciado como [d] no tétum. O sistema português de sibilantes [s], [z], [ʃ] e [ʒ] reduz-se no tétum tradicional a [s]. Há, contudo, dados que demonstram a existência do fonema [z] em palavras como corazem, zeometria e brasileiros nas variedades hibridizadas do tétum (ESPERANÇA, 2001).

perdurou durante a fase de colonização indonésia e essa prática pode ser vista como mais um eco de resistência do povo local – marcada pela língua – à colonização indonésia, que impunha sua língua e cultura e propagava uma política de apagamento da língua e cultura portuguesas.

As hibridações linguísticas (fonológicas, morfológicas, sintáticas, lexicais) não são um fenômeno apenas formal-estrutural, mas político e social: as misturas possibilitam uma desestabilização da centralidade de uma língua e do mito do monolinguismo. Ademais, a hibridação abre espaços para a novidade, a criatividade e a renovação linguístico-discursiva, potencializando, assim, estratégias de resistência ao monolinguismo e ao fechamento.

As hibridações de vozes sociais podem também ser identificadas nas resistências políticas, religiosas e, até certo ponto, populares à oficialização das línguas indonésia e inglesa. A motivação ideológica materializa-se nas misturas linguísticas, religiosas (catolicismo) e políticas entre as línguas e culturas portuguesa e tétum. Se durante a colonização indonésia falar português seria sinônimo de morte, essa mesma língua passou a assumir uma força revolucionária e de resistência ao colonizador indonésio, não apenas pelos seus aspectos linguísticos, mas, sobretudo, pelas vozes e avaliações sociais que ressoavam no uso da língua portuguesa e pela identidade social, étnica e cultural que se desejava marcar em oposição ao inimigo. Ademais, em época de guerra e de resistência, a língua portuguesa, além de operar como marca de identidade, também passou a assumir uma marca ideológica de “solidariedade” em relação aos demais países lusófonos: se, por um lado, o Timor Leste lutou por sua autonomia e independência, por outro, se aliou a uma outra campanha de “unificação” (ortográfica) dos países lusófonos, o que lhe conferiu uma certa visibilidade nas políticas internacionais e também uma certa “proteção” diante da colonização dos países de língua inglesa.

Mais um fio nessa rede teórica: sujeitos responsáveis / responsivos

Sujeitos, linguagem e mundo se constituem e se implicam mutuamente, o que significa que, ao se tomar a língua como objeto de reflexão, necessariamente uma dada concepção de sujeito e de realidade é produzida. Com isso, muito longe de refletir o sujeito saussuriano, totalmente falto de consciência e que nada poderia em relação à língua, a abordagem bakhtiniana de língua, ao deslocar seu lócus da esfera cognitiva (científica) para a dimensão ética (mundo

da vida), lida tanto com uma concepção de sujeitos responsáveis, que estabelecem uma relação dialógica com a língua, ou seja, respondem aos enunciados que os interpelam apoiados em uma compreensão ativa, como com uma concepção de língua-enunciado híbrida e cujas fronteiras são porosas.

Assim, a língua tida como enunciado híbrido, ideológico e dialógico constitui sujeitos éticos que se elaboram e se configuram na relação com a alteridade. Os sujeitos se (re)constroem indefinidamente ao entabularem relações dialógicas com os outros, com a língua e com a realidade, assumindo, assim, uma atitude eticamente responsiva em relação à vida. O que garante aos sujeitos a responsabilidade é sua natureza não-fechada ou finalizada: por serem livres, criativos e abertos, os sujeitos assumem uma posição única e singular na vida.

Contudo, essa suposta individualidade não implica uma concepção de sujeitos autônomos e independentes. A subjetividade se funda tanto eticamente quanto esteticamente na relação com a alteridade: eticamente, os sujeitos, em um processo contínuo e aberto de constituição de si mesmos, assumem a responsabilidade por seus atos no mundo da vida, oferecendo respostas aos enunciados e sujeitos que incessantemente os interpelam e constituem; esteticamente, os sujeitos constroem imagens de si, do outro e do outro em relação a si, que conferem um acabamento temporário para o eu: o sujeito é totalizado pelo olhar estético e externo do outro (BAKHTIN, 1919; 1921).

Assim, é enquanto inscritos em um espaço de vozes plurais e heterogêneas que os sujeitos agem e se elaboram na relação com a alteridade. Esse espaço plural dialógico e discursivo é aberto a controvérsias, polêmicas, ressignificações, citações, paródias, destruições, concordâncias, conflitos, etc. Ou seja, o que garante a heterogeneidade e a pluralidade próprias desse espaço é a circulação do poder, é a tensão existente entre forças normatizadoras e desestabilizadoras. O poder, nesse aspecto, é a base para o exercício da liberdade e da resistência e para a constituição e reelaboração das identidades.

No caso do Timor Leste, nota-se a maneira pela qual as identidades nacionais foram se (re)elaborando na relação travada com os diferentes “outros” que participaram do cenário histórico-político daquele país. Em um processo contínuo de resistência ao poder normatizador, impositivo e autoritário dos colonizadores, os timorenses, em diferentes momentos históricos, responderam aos “outros” de formas variadas, sem sucumbirem completamente ao fechamento e à cristalização que o poder autoritário impunha. No mundo da vida, plural e heterogêneo, o poder e a resistência circulam, produzindo

hibridações, misturas, deslocamentos, ressignificações, entre outros. E nesse processo, a língua assume lugar central, visto que as tensões e confrontos materializam-se nos enunciados e é neles e por meio deles que os sujeitos reelaboram suas identidades. A heterogeneidade e a complexidade linguística e discursiva do Timor Leste sinalizam esses processos sempre vivos, contínuos e inconclusos de constituição das identidades em uma realidade plural, política e conflituosa. É nesse mundo concreto que os sujeitos, por meio da linguagem, respondem eticamente aos enunciados que os interpelam e aos olhares e discursos que tentam cristalizá-los e totalizá-los. A essa tentativa de fechamento e submissão, o colonizado escapa e resiste, (re)constituindo-se e (re)construindo-se indefinidamente.

A tensão política que constitui o espaço de colonização e de resistência implica a existência de (i) discursos autoritários, que se impõem monologicamente sem abrir espaço para questionamentos ou relações dialógicas, tendo uma estrutura rígida, oficial, estável e hierárquica; e (ii) discursos internamente persuasivos, que estabelecem com os demais discursos relações dialógicas, abrindo espaço para reacentuações, ressignificações e hibridações. Os discursos autoritários configuram-se como palavras de autoridade, ritualísticas, como as que ressoam pelas esferas religiosas, científicas, político-partidárias, morais, entre outras. Embora assumam uma tonalidade monológica, a palavra de autoridade pode dialogizar-se em função das condições sócio-históricas a que se vincula e tornar-se palavra internamente persuasiva, plurivocal, dialogizada e inacabada. A relação entre essas duas palavras é constitutiva tanto da realidade social quanto das subjetividades: “O conflito e as interrelações dialógicas destas duas categorias da palavra determinam frequentemente a história da consciência ideológica individual” (BAKHTIN, 1934-35, p. 143).

No caso do Timor Leste, a possibilidade de resistência e tentativa de desestabilização do discurso autoritário é vista em diferentes instâncias: (i) o discurso oficial da nova constituição que valoriza o direito de resistência à imposição estrangeira; (ii) o uso da língua portuguesa para materializar os discursos de resistência e de uma certa identidade nacional diante do colonizador indonésio; (iii) o batismo, no período de colonização indonésia, em que se utilizavam nomes e sobrenomes portugueses; (iv) a pregação religiosa em língua portuguesa (cânticos) ou na língua local (orações), resistindo ao uso da língua bahasa indonésia; (v) o uso do português como língua de comunicação interna e externa pelos guerrilheiros nas montanhas em momento de resistência política; (vi) a hibridização da língua local com o

português, vinculada aos processos de constituição de identidades locais; (vii) a presença em Timor Leste, após a independência da Indonésia, de grupos missionários constituídos por professores, ONGs e militares portugueses e brasileiros, operando, entre outras coisas, como resistência às interferências australiana e indonésia; (viii) atualmente, a ampla resistência popular por parte dos timorenses cujas línguas maternas são as línguas locais (tétum-teric, fataluco, mambai, etc.) e que não dominam as línguas tétum-praça (crioulo timorense resultante do contato com o português) e português (SEIXAS, [s.d.]).

Palavras finais

Acredita-se que a realidade heterogênea e complexa vivenciada pelo Timor Leste potencializa e favorece os estudos e reflexões em torno de fenômenos de variação e mudança linguístico-discursivos, visto que esses são considerados, neste trabalho, como intrinsecamente vinculados a uma realidade dinâmica, tensa, política e instável, em que os processos de negociação de sentidos (de identidades, crenças e verdades) presentes nos diálogos interculturais se tornam cada vez mais evidentes e constantes, fortalecendo os processos de hibridação que afetam as línguas (estrutura e discurso), as identidades, as culturas, os governos, as mídias, entre outros.

Não foi o objetivo deste texto esgotar as especificidades e complexidades políticas, culturais e históricas vividas no Timor Leste, mas, com base numa reflexão sobre essa complexidade, esmiuçar a relação existente entre línguas, identidades, poder e realidade (sócio-política). Em relação à língua, propôs-se, por meio de uma leitura bakhtiniana, refletir sobre os processos de hibridação que afetam as línguas e os discursos, colocando em evidência o papel do dialogismo nesse processo.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. Arte e responsabilidade (1919). In: _____. *Estética da criação verbal* Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. O autor e a personagem na atividade estética (1920-23). In: _____. *Estética da criação verbal* Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 3-194.

- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso (1952-53). In: _____. *Estética da criação verbal* Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 277-326.
- BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance (1934-35). In: *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. Trad. Carlos Vogt e Eny Orlandi. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1998 [1988]. p. 71-164.
- BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato* (1919-1921). Tradução inédita, sem revisão, destinada ao uso didático, de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza, do texto da edição americana *Toward a Philosophy of the Act*. Austin: University of Texas Press, 1993.
- BRITO, R. H.; MARTINS, M. de L. Considerações em torno da relação entre língua e pertença identitária em contexto lusófono. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, n. 2, Federação Lusófona de Ciências da Comunicação, São Paulo, 2004. p. 69-77.
- BRITO, Regina Helena Pires de; BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa. “Hello, mister”, “Obrigadu barak” e “boa tarde”: desafios da expressão linguística em Timor-Leste. *Revista ACOALFAp: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa*, São Paulo, ano 2, n. 3, 2007. Disponível em: <<http://www.mocambras.net>>. Acesso em: 9 nov. 2009.
- BORGERHOF, Andre. *The double task: nation and state building in Timor-Leste*. Brill, Leiden, 2006.
- CHRISTELLO, Chrys. Os timorenses na Austrália. *Revista Macau*, 15 fev. 1989. Disponível em: <<http://www.timorcrocodilovoador.com.br/chrystell001.html>>. Acesso em: 4 nov. 2009.
- CORTE-REAL, Benjamin de Araújo; BRITO, Regina Helena Pires de. Aspectos da Política Lingüística do Timor Leste, desvendando do contra-correntes. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). *Língua Portuguesa: reflexões lusófonas*. São Paulo: EDUC, 2006.
- ESPERANÇA, João Paulo. *O crioulo português de Bidau e a evolução do tétum-praça*. Estudos de Linguística Timorense. Aveiro, Portugal, Associação de Cooperação para o Desenvolvimento, 2001. p. 19-47.
- FEIJÓ, Rui Graça. Língua, nome e identidade numa situação de plurilinguismo concorrencial: o caso de Timor-Leste. *Etnográfica*, maio 2008, 12 (1): 143-172. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/etn/v12n1/v12n1a08.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2009.
- GUPTA, Pamila. The Disquieting of History: Portuguese (De)colonization and Goan Migration in the Indian Ocean. *Journal of Asian and African Studies*, 44, 1, p. 19-47, 2009.

HULL, Geoffrey. *Entrevista ao programa de Rádio Lingua France*, da Rádio Nacional da Austrália, 24 mar. 2000. Disponível em: <<http://www.abc.net.au/rn/arts/ling/stories/s113139.htm>>. Acesso em: 4 nov. 2009.

PEPE, Leandro Leone; MATHIAS, Suzeley Kalil. O envolvimento do Brasil na questão timorense. *Revue Lusotopie*, XIII (2), 49-58, 2006.

PROJETO USP NO TIMOR. Disponível em: <<http://www.timorcrocodilovoador.com.br/documentos/USP-release.rtf>>.

RUAK, Taur Matan. A importância da língua portuguesa na resistência contra a ocupação indonésia. *Camões*, v. 14, p. 41-42, 2001.

SEIXAS, Paulo Castro. *Portugueses no Timor: de intérpretes étnicos a intérpretes nas globalizações*. [s.d.]. Disponível em: <<http://homepage.ufp.pt/pseixas/artigospub/timor/Portugueses%20em%20Timor.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2009.

TIMOR LESTE. *Constituição da República Democrática de Timor-Leste*. Díli, Assembleia Constituinte, 2002. Disponível em: <<http://timor.no.sapo.pt/constibase.html>>. Acesso em: 5 nov. 2009.

Recebido em 14 de abril de 2010. Aprovado em 13 de junho de 2010.